

REVISTA INTERNACIONAL
CONSINTER
DE DIREITO

Publicação Semestral Oficial do
Conselho Internacional de Estudos
Contemporâneos em Pós-Graduação

ANO V – NÚMERO IX

2º SEMESTRE 2019

ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO, ANO V, Nº IX, 2º SEM. 2019



Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Tel: +351 223 710 600
Centro Comercial D’Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Home page: revistaconsinter.com

E-mail: internacional@jurua.net

ISSN: 2183-6396

Depósito Legal: 398849/15

DOI: 10.19135/revista.consinter.00009.00

Editor:

David Vallespín Pérez

Catedrático de Derecho Procesal de la Universitat de Barcelona. Su actividad docente abarca tanto los estudios de Grado como los de Doctorado. Ha realizado enriquecedoras estancias de investigación en prestigiosas Universidades Europeas (Milán, Bolonia, Florencia, Gante y Bruselas).

Diretores da Revista:

Germán Barreiro González

Doctor en Derecho por la Universidad Complutense de Madrid. Colaborador Honorífico en el Departamento de Derecho Privado y de la Empresa – Universidad de León (España).

Gonçalo S. de Melo Bandeira

Professor Adjunto e Coordenador das Ciências Jurídico-Fundamentais na ESG/IPCA, Minho, Portugal. Professor Convidado do Mestrado na Universidade do Minho. Investigador do CEDU – Centro de Estudos em Direito da União Europeia. Doutor e Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Mestre pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

María Yolanda Sánchez-Urán Azaña

Catedrática de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social de la Facultad de Derecho, UCM, de la que ha sido Vicedecana de Estudios, Espacio Europeo de Educación Superior y de Innovación Educativa y Convergencia Europea.

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

REVISTA INTERNACIONAL
CONSINTER
DE DIREITO

Publicação Semestral Oficial do
Conselho Internacional de Estudos
Contemporâneos em Pós-Graduação

ANO V – NÚMERO IX

2º SEMESTRE 2019

ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS

Porto
Editorial Juruá
2019

Instruções aos Autores

Revista Internacional CONSINTER de Direito

1. DAS PUBLICAÇÕES

Para publicação na Revista Internacional CONSINTER de Direito os artigos científicos serão avaliados pelo sistema *double blind review*, no qual dois Pareceristas do CONSINTER avaliarão os trabalhos sem nenhuma identificação de autoria.

O enquadramento dos textos avaliados e aprovados para fins de publicação na Europa pelo Editorial Juruá Lda., e no Brasil pela Juruá Editora Ltda., obedecerão aos seguintes critérios:

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO

Conforme as exigências das agências e instituições nacionais e internacionais de investigação e docência que avaliam a atividade acadêmica e investigadora das Pós-Graduações, a Coordenação Executiva do CONSINTER, ao seu melhor juízo, selecionará uma determinada quantidade de artigos aprovados que serão agraciados com a Publicação no Periódico “Revista Internacional do CONSINTER de Direito”, com ISSN de Portugal. Ainda:

- a) Para cada artigo selecionado para a “Revista Internacional do CONSINTER de Direito”, será atribuído um número de registro específico e único no Sistema DOI (*Digital Object Identifier*);
- b) Também será atribuído um registro no Sistema DOI (*Digital Object Identifier*) para a “Revista Internacional do CONSINTER de Direito”.

OBS. 1: Em face das normas técnicas, para fins de qualificação do periódico, somente poderão ser selecionados para a Revista Internacional CONSINTER de Direito os artigos aprovados nos quais pelo menos um dos autores e/ou autor tenha a titulação de Doutor.

OBS. 2: Ficará a critério do Comitê Organizador a indicação e o número da Revista em que o artigo aprovado será liberado para publicação.

2. PERIODICIDADE

Semestral.

3. CONDIÇÕES

- a) A submissão do trabalho científico para análise está condicionada à confirmação da inscrição de todos os autores e coautores;
- b) Somente serão publicados os artigos aprovados pelo Corpo de Pareceristas/Conselho Editorial do CONSINTER.

4. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA SUBMISSÃO

- a) Inscrição;
- b) Comprovante de pagamento da submissão/inscrição;
- c) Cessão de direitos autorais assinada;
- d) Artigo completo seguindo as orientações do item 5;
- e) O artigo deverá ser encaminhado por um dos autores ao e-mail contato@consinter.org.

5. NORMAS — OS ARTIGOS ENVIADOS DEVEM CUMPRIR OS SEGUINTE CRITÉRIOS:

- a) Ser inédito (não publicado em livros, revistas especializadas ou na imprensa em geral) e apresentar propriedade técnico-jurídica; relevância nacional e internacional do tema abordado, fluência redacional, correção gramatical e respeito a aspectos éticos e científicos;
Obs.: Textos inseridos em documentos de circulação restrita nas universidades serão considerados inéditos.
- b) Ter sido produzido por Estudantes e/ou Professores de Pós-graduação *Lato Sensu* e/ou *Stricto Sensu* ou por Mestres, Doutores e Pós-Doutores;
- c) Serão aceitos trabalhos em coautoria, com limitação máxima de 03 (três) participantes devidamente inscritos;
- d) O artigo deverá estar identificado com um dos critérios de classificação conforme edital;
- e) O(s) autor(es) que submeter(em) o mesmo artigo científico (com o mesmo título e conteúdo ou apenas mudando o título) para mais de um dos ramos do Direito acima indicados terão ambos os artigos científicos automaticamente eliminados da avaliação;
- f) Conter no mínimo 15 páginas, e no máximo 25 páginas;
- g) Ser redigido em formato Word em dois arquivos distintos, um com e outro sem identificação, ambos completos, contendo: Título em língua portuguesa, espanhola, inglesa, italiana ou francesa; Sumário; Resumo e Palavras-chave em língua portuguesa ou espanhola e inglesa, respeitando as normas técnicas;
- h) Para o arquivo sem identificação é importante o autor certificar-se que no conteúdo do artigo a ser avaliado não conste nenhuma informação que possibilite a identificação do autor ou o Instituto ao qual esteja vinculado direta ou indiretamente;
- i) O artigo poderá ser apresentado em língua portuguesa, espanhola, inglesa, italiana ou francesa, observando que o título, resumo e palavras-chave precisam, obrigatoriamente, estar indicados em dois idiomas, sendo peremptoriamente uma indicação no idioma inglês;
- j) O texto deve estar salvo em arquivo Word, em versão recente, com as seguintes características: fonte Times New Roman; corpo 12; alinhamento justificado, sem separação de sílabas; espaço de 1,5 entrelinhas; parágrafo de 1,5 cm; não colocar espaçamentos especiais antes ou após cada parágrafo; margens superior e esquerda com 3 cm, inferior e direita com 2 cm; em papel tamanho A4; notas de rodapé explicativas na mesma página em que for citada a referência, sendo que as Referências deverão seguir as Normas Técnicas;
- k) As páginas deverão estar numeradas;
- l) Para cada título, subtítulos, todos alinhados à esquerda, deverá haver um texto correspondente;
- m) Devem ser escritos de forma clara e objetiva, evitando-se parágrafos prolixos ou extenuantes e privilegiando as orações na ordem direta como: sujeito – predicado – complemento;
- n) Não serão aceitos textos com figuras, ilustrações e/ou fotografias, à exceção de gráficos e tabelas que sejam imprescindíveis para a compreensão do trabalho e compatíveis com a impressão em preto e branco, sendo vedada a utilização de gráficos e tabelas se originarem de terceiros;

- o) Conter Resumo (entre 100 e 250 palavras) em língua portuguesa ou espanhola e em inglês, assim como a indicação de Palavras-chave (entre 3 e 10 palavras) também em português ou espanhol e inglês;
- p) Conter: Sumário a ser indicado na sequência da apresentação do Título, Resumo (entre 100 e 250 palavras – peremptoriamente com 02 idiomas), sendo um em Língua portuguesa ou espanhola e outro necessariamente em inglês, assim como a indicação das Palavras-chave (entre 3 e 10 palavras), obedecendo o mesmo critério de apresentação do Resumo;
- q) O texto deve obrigatoriamente vir acompanhado do termo de autorização para publicação – cessão de Direitos Autorais/Patrimoniais – conforme modelo anexo e/ou disponível no *site*;
- r) A qualificação do autor deverá ter no máximo 4 linhas, em nota especial de rodapé, indicando obrigatoriamente a formação acadêmica e citando a Instituição de Ensino Superior à qual esteja vinculado, quando for o caso;
- s) A taxa de inscrição é individual e única para cada autor. Assim, cada autor deverá efetuar a sua inscrição e o pagamento da respectiva taxa;
- t) Um autor poderá enviar quantos artigos desejar, no entanto, para cada artigo submetido deve haver o pagamento da taxa de inscrição/submissão;
- u) Observando as normas de qualificação, somente poderá ser liberado para publicação na Revista Internacional CONSINTER de Direito um artigo por autor. Em caso de aprovação de dois ou mais artigos do mesmo autor para a Revista, ao melhor juízo da comissão avaliadora, os demais artigos serão direcionados para publicação no Livro Direito e Justiça ou para o(s) próximo(s) número(s) da Revista.

6. DOS SISTEMAS PARA A INDICAÇÃO DAS FONTES DAS CITAÇÕES

Para a indicação das fontes das citações, os artigos deverão adotar os sistemas:

I) Trabalhos Estrangeiros:

Trabalhos estrangeiros poderão utilizar as normas técnicas compatíveis com o seu país de origem, respeitando as normas de publicação dispostas nesse edital, inclusive o Estilo Chicago se assim o autor entender cabível e adequado.

Estilo Chicago:

Último nome do autor, primeiro nome, título do livro. (Cidade: editora, ano), versão. Por exemplo: Ninguém, José, Livro Exemplo. (São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992), edição Juruá e-Books.

II) Trabalhos Brasileiros:

Para artigos brasileiros recomenda-se seguir as Regras da ABNT (NBR 10.520/2002) para as citações, as quais podem ser diretas ou indiretas.

Para a indicação da fonte das citações, o autor poderá optar pelo sistema numérico (notas de rodapé) ou pelo sistema autor-data, não podendo, portanto, utilizar os dois sistemas concomitantemente.

A – Sistema Autor-Data

As Referências deverão seguir a NBR 6.023/2002.

No sistema autor-data, a fonte da citação é indicada junto à mesma e de forma sucinta. Devem ser evidenciados apenas: a autoria, o ano de publicação e a página do trecho citado.

Obs.: Se a opção for pelo sistema Autor-Data, pode-se utilizar o rodapé para as notas explicativas, conforme assim autoriza a NBR 6.022/2003.

B – Sistema em Notas de Rodapé

Ainda, adotando o sistema brasileiro de referência, se a opção de citação das referências for pelo sistema numérico, ou seja, **em notas de rodapé**, estas deverão seguir a NBR 10.520/2002.

7. DA AVALIAÇÃO DOS ARTIGOS

Os artigos científicos serão analisados pelo Corpo de Pareceristas do CONSINTER, formado somente por renomados juristas Doutores e Pós-Doutores, nacionais e estrangeiros especialmente convidados.

Os artigos científicos serão avaliados pelo sistema *double blind review*, no qual dois Pareceristas do CONSINTER avaliarão os trabalhos sem nenhuma identificação de autoria. A apreciação inominada dos artigos científicos afiança a imparcialidade do seu julgamento, diminui a subjetividade e as preferências ideológicas. Dessa forma, o autor deverá evitar referências diretas a si mesmo e citações que possibilitem extrair da leitura do texto a sua autoria.

Em caso de admissão do artigo científico por um dos Pareceristas do CONSINTER e reprovação por outro, o texto, ao melhor alvitre do conselho diretivo, poderá ser submetido à apreciação de um terceiro Parecerista.

- a) O conteúdo dos artigos científicos é de inteira responsabilidade dos autores e após submetido para avaliação não poderá sofrer qualquer substituição ou alteração, salvo solicitação do Corpo de Pareceristas;
- b) Não é permitido plágio ou inserção de cópias literais.

CONSINTER – CONSELHO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS EM PÓS-GRADUAÇÃO

Coordenação Executiva contato@consinter.org

www.consinter.org

INDEXADORES DA REVISTA:

- Latindex
- Diadorim
- Sumários.org
- REDIB
- CAPES
- DOAJ
- LivRe
- Google Scholar
- Cite Factor
- Tribunal Superior Eleitoral
- RVBI

Instructions To Authors

1. ABOUT THE PUBLICATIONS

For publication in the Revista Internacional CONSINTER de Direito, the scientific articles shall be evaluated by the double-blind review system, in which two CONSINTER Referees shall evaluate the papers without any author identification.

The framework of the evaluated and accepted articles for the purpose of publication in Europe by the Editorial Juruá Lda., and in Brazil by Juruá Ltda, will follow the following criteria:

1. FOR THE JOURNAL “REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO”

According to the requirements of national and international agencies of investigation and teaching that evaluate the investigative and academic activity of Post-Graduation, the CONSINTER Executive Coordination, at the best of their judgment, will select a certain amount of articles approved that will be awarded with the Publication in the Journal “Revista Internacional do CONSINTER de Direito”, with ISSN from Portugal. Also:

- a) For each article selected for the journal “Revista Internacional do CONSINTER de Direito”, a number of the specific and unique register in the DOI (Digital Object Identifier) system will be assigned;
- b) A register in the DOI (Digital Object Identifier) system will also be assigned to the journal “Revista Internacional do CONSINTER de Direito”.

NOTE 1: In the face of the technical rules, for the purpose of qualification of the journal, only the articles approved in which a least one of the authors and/or author has a doctorate degree will be selected for the journal “Revista Internacional CONSINTER de Direito”. The articles properly approved that do not fulfill this requirement will be published in the Book of CONSINTER.

NOTE 2: The Organizing Committee will be in charge of the nomination and the issue of the journal “Revista Internacional CONSINTER de Direito” in which the approved article will be authorized for publication.

2. PERIODICITY

Half-yearly

3. REQUIREMENTS

- a) The submission of the scientific work for analysis is conditioned to the confirmation of subscriptions of all authors and co-authors;
- b) Only articles approved by CONSINTER Referees Board/Editorial Board will be published.

4. REQUIRED DOCUMENTS FOR SUBMISSION

- a) Registration;
- b) Proof of payment of the Submission/registration;
- c) Assignment of copyrights signed;
- d) Full Article following the guidelines of item 5;
- e) The articles must be forwarded by one of the authors by e-mail contato@consinter.org

5. RULES — THE ARTICLES SENT MUST FULFILL THE FOLLOWING CRITERIA:

- a) Be original (not published in books, specialized journals or in the press in general) and present technical-legal property; national and international relevance of the theme approached, wording fluency, grammar correction, and respect to the ethical and scientific aspects;

Note: The texts inserted in documents of restrict circulation at universities will be considered original.

- b) Have been produced by students and/or professors of Lato Sensu and/or Stricto Sensu Post Graduation courses, or by Masters, Doctors, and Post-Doctors;
- c) Works in co-authorship will be accepted, up to the maximum of 3 participants properly registered;
- d) Be identified with one of the criteria of classification to be informed in public notice;
- e) The author (s) that submit the same scientific article (with the same title and content or only having the title changed) for more than one of the fields of Law above mentioned, will have both scientific articles automatically eliminated from the evaluation;
- f) Have a minimum of 15 pages, and a maximum of 25 pages;
- g) Be submitted in Word format in two distinct files, one with and the other without identification, both complete, containing: Title, Summary, Abstract and Keywords in Portuguese, Spanish, English, Italian or French; in Portuguese or Spanish and in English, respecting the technical rules;
- h) For the file without identification it is important for the author to make sure that, in the content of the article to be evaluated, there is no information that makes it possible to identify the author or the Institution they are directly or indirectly bound to;
- i) The article can be presented in Portuguese, Spanish, English, Italian, or French, observing that the title, abstract and keywords have to be written in two languages compulsorily, being one of them, peremptorily, English;
- j) The text must be saved in a word file, in a recent version, with the following characteristics: Times New Roman font, size 12; justified alignment, without hyphenation; 1.5 spacing between lines; 1.5 cm paragraph spacing; do not insert special spacing before or after each paragraph; top and left margins with 3 cm, bottom and right margins with 2 cm; A4 size document; explanatory footnotes on the same page the reference is cited, and the references must follow the technical rules;
- k) The pages must be numbered;
- l) For every title, subtitle, all of them aligned on the left, there must be a corresponding text;
- m) The text must be written in a clear and objective way, avoiding long-winded and strenuous paragraphs, giving priority to sentences in the direct order, such as subject-predicate – complement;
- n) Texts with figures, illustrations and/or photographs will not be accepted, except for graphs and tables which are indispensable for the understanding of the work, and compatible with black and white printing, being prohibited the use of graphs and tables if originated from a third party;

- o) It must contain an Abstract (between 100 and 250 words in Portuguese or Spanish and in English, as well as the Keywords (between 3 and 10 words), also in Portuguese or Spanish and in English;
- p) It must contain: a Summary to be indicated in the sequence of the presentation of the title, Abstract (between 100 and 250 words, peremptorily in 02 languages, being one of them in Portuguese or Spanish and the other in English, just as the Keywords (between 3 and 10 words), in accordance with the same criterion of the presentation of the Abstract;
- q) The text must be accompanied by the copyright form – according to the model attachment and/or available on the site;
- r) The author's qualification must have a maximum of 4 lines, in a special footnote, indicating their academic background and citing the Higher Education Institution which they are bound to if that is the case;
- s) Observing that CONSINTER is a non-profit organization, the submission/registration rate subsidize the articles' publication in the Revista Internacional CONSINTER de Direito. Submission/registration fee is individual and unique to each author. Therefore, each author must achieve the registration and make the payment of the respective fee. For example: For article submission in co-authorship with 02 authors – it will be mandatory the registration of the two authors and payment of 02 submission fees;
- t) An author may submit as many articles as he pleases, however, for each submitted article there must be made the respective submission/registration fee payment;
- u) Observing the qualification standards, only one article per author will be authorized for publication on the Revista Internacional CONSINTER de Direito. In case of one or more articles of the same author have been approved for publication on the Journal, to the better judgment of the evaluation commission, the other papers will be guided for publication on the Book Direito e Justiça or for future edition(s) of the Journal.

6. ABOUT THE SYSTEMS TO INDICATE THE SOURCES OF CITATIONS

To indicate the sources of citations, the articles must adopt the systems:

I) For Foreign Work:

Foreign works can use the same technical rules compatible with their country of origin, respecting the publication rules displayed in this notice, including the Chicago style, if the author finds it applicable and appropriate.

Chicago Style:

Author's last name, first name, title of the book. (City: Publisher, year), version. Example: Someone, José, book example. (São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992), edição Juruá e-Books.

II) For Brazilian Works

For Brazilian articles, it is recommended to follow the ABNT rules (NBR 10520/2002) for the citations, which can be direct or indirect, by Author-Date or in Footnotes.

For citation source's indication, the author may choose the number system (footnotes) or by the author-date system, therefore he/she cannot choose to use both concomitantly.

A – Author-Date System

The references must follow NBR 6023/2002.

In the author-date system, the source of citations is indicated alongside with it and in summary form; Point out, only: authorship, publication year and page of the piece cited.

Note: If the choice is the Author-Date system, explanatory notes can be used as footnotes, as authorized by NBR 6022/2003.

B – Number System (Footnotes)

Still, adopting the Brazilian System of references, if the choice of citation of references is by the number system, or else, in footnotes, they should follow NBR 10520 /2002.

7. ABOUT THE ARTICLE REVIEW

The scientific articles are analyzed by the CONSINTER Referees Board/Editorial Board, formed only by renowned Doctors and Post-Doctors, jurists, Brazilian and foreigners, especially invited. The scientific articles will be evaluated by the double-blind review system, in which two CONSINTER members of the board will evaluate the works without any authorship identification. The assessment of scientific articles by anonymous authors guarantees the impartiality of judgment and decreases subjectivity and ideological preferences. This way, authors must avoid direct references to themselves and citations that make it possible to extract its authorship from the reading of the text.

If the scientific article is accepted by one of the CONSINTER members and failed by another, the text, at the suggestion by the Director Council, can be subjected to the assessment by a third party.

- a) The content of the scientific articles is the authors' full responsibility, and after subjected to assessment cannot go through any changes or replacements, except if requested by the Referees Board/Editorial Board;
- b) Plagiarism or the insertion of verbatim copies are not allowed.

INTERNATIONAL COUNCIL OF CONTEMPORARY IN POST-GRADUATE STUDIES CONSINTER – CONSELHO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS EM PÓS-GRADUAÇÃO

Executive Coordination contato@consinter.org

INDEXERS

- Latindex
- Diadorim
- Sumários.org
- REDIB
- CAPES
- DOAJ
- LivRe
- Google Scholar
- Cite Factor
- Tribunal Superior Eleitoral
- RVBI

COLABORADORES

Adelgício de Barros Correia Sobrinho
Adriano Fábio Cordeiro da Silva
Adriano Fernandes Ferreira
Alcir Gursen de Miranda
Alessandra Balestieri
Alexandre de Albuquerque Sá
Almir Santos Reis Junior
Ana Claudia Brandão de Barros Correia Ferraz
Ana Lúcia Seifriz Badia
Andrei de Oliveira Rech
Bruno Miragem
Carlos Francisco Molina del Pozo
Carlos José Cordeiro
Carlos Roberto Bacila
Claudio Carneiro Bezerra Pinto Coelho
Daniel Blume Pereira de Almeida
Daniela Carvalho Almeida da Costa
Edimur Ferreira de Faria
Edna Raquel Hogemann
Eugênio Facchini Neto
Euvaldo Leal de Melo Neto
Fabiana Oliveira Bastos de Castro
Fabiana Ricardo Molina
Fábio Lins de Lessa Carvalho
Felipe Azzi Assis de Melo
Felipe Dutra Asensi
Fernanda Alves Vieira
Fernando Massardo
Fernando Rodrigues Martins
Glauca Maria de Araújo Ribeiro
Gonçalo S. de Melo Bandeira
Inês da Trindade Chaves de Melo
Isaac Sabbá Guimarães
Jaume Martí Miravalls

José María Lombardero Martín
José María Tovillas Morán
Josiane Becker
Judith Morales Barceló
Karina A. Denicol
Karine Silva Demoliner
Laís Alves Camargos
Leonardo David Quintiliano
Luciana Kellen Santos Pereira Guedes
Luis Bahamonde Falcón
Luiz Carlos Figueira de Melo
Marcus Elidius Michelli de Almeida
María Ángeles Pérez Marín
María Soledad Racet Morciego
Mário Luiz Ramidoff
Mayrinkellison Peres Wanderley
Miguel Horvath Júnior
Nancy Carina Vernengo Pellejero
Nancy de la C. Ojeda Rodríguez
Nicola Frascati Junior
Nilton Cesar da Silva Flores
Patrícia Fortes Attademo Ferreira
Paulo J. S. Bittencourt
Raphael Corrêa
Renata Martins de Carvalho
Renato Lopes Becho
Roberta Soares da Silva
Rogério Medeiros Garcia de Lima
Themis Eloana Barrio Alves G. de Miranda
Theodoro Vicente Agostinho
Thiago Serrano Pinheiro de Souza
Vânia Maria do P. S. Marques Marinho
Vitor Hugo Mota de Menezes
Wagner Balera

Integrantes do Conselho Editorial do



Alexandre Libório Dias Pereira

Doutor em Direito; Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Antonio García-Pablos de Molina

Catedrático de Direito Penal da Universidad Complutense de Madrid.

Carlos Francisco Molina del Pozo

Doutor em Direito; Professor Titular de Direito Administrativo e Diretor do Centro de Documentação Europeia na Universidade de Alcalá de Henares; Professor da Escola Diplomática e do Instituto Nacional de Administração Pública.

Fernando Santa-Cecilia García

Profesor Titular de Direito Penal e Criminologia da Universidad Complutense de Madrid.

Ignacio Berdugo Gómez de la Torre

Catedrático de Derecho Penal en la Universidad de Salamanca.

Joan J. Queralt

Catedrático de Direito Penal da Universitat Barcelona.

Jordi García Viña

Catedrático de Direito do Trabalho e Seguridad Social da Universitat de Barcelona.

Manuel Martínez Neira

Doutor em Direito; Professor Titular da Faculdade de Ciências Sociais e Direito da Universidade Carlos III de Madrid.

María Amparo Grau Ruiz

Catedrática Acreditada de Derecho Financiero y Tributario – Universidad Complutense de Madrid.

María del Carmen Gete-Alonso y Calera

Catedrática de Direito Civil da Universitat Autònoma de Barcelona.

Mário João Ferreira Monte

Doutor em Ciências Jurídico-Criminais; Professor Associado com nomeação definitiva na Escola de Direito da Universidade do Minho; membro integrado do Centro de Investigação de Direitos Humanos da Universidade do Minho e Presidente do Instituto Lusófono de Justiça Criminal (JUSTICRIM).

Paulo Ferreira da Cunha

Doutor em Direito; Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA LICENÇA *CREATIVE COMMONS*

Atribuição – Uso Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 3.0 Brasil.

É permitido:

- copiar, distribuir, exibir e executar a obra
- criar obras derivadas

Sob as seguintes condições:



ATRIBUIÇÃO

Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante.



USO NÃO COMERCIAL

Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.



COMPARTILHAMENTO PELA MESMA LICENÇA

Se você alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta, você somente poderá distribuir a obra resultante sob uma licença idêntica a esta.

– Para cada novo uso ou distribuição, você deve deixar claro para outro, os termos da licença desta obra.

- Licença Jurídica (licença integral):
<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/br/legalcode>

Esta revista proporciona acesso público livre e imediato a todo seu conteúdo em ambiente virtual.

APRESENTAÇÃO

A **Revista Internacional CONSINTER de Direito** é uma publicação de cariz periódico do **CONSINTER – Conselho Internacional de Estudos Contemporâneos em Pós-Graduação** que tem por objetivo constituir-se num espaço exigente para a divulgação da produção científica de qualidade, inovadora e com profundidade, características que consideramos essenciais para o bom desenvolvimento da ciência jurídica no âmbito internacional.

Outra característica dos trabalhos selecionados para a **Revista Internacional CONSINTER de Direito** é a multiplicidade de pontos de vista e temas através dos quais o Direito é analisado. Uma revista que se pretende internacional tem o dever de abrir horizontes para temas, abordagens e enfoques os mais diversos e, através deste espaço, colaborar com um melhor diálogo académico.

Resultado de um trabalho criterioso de seleção, este volume que agora se apresenta destina-se a todos aqueles que pretendem pensar o Direito, ir além da sua aplicação quotidiana, mas sem deixar de lado o aspecto prático, tão característico das ciências.

A COORDENAÇÃO REGULATÓRIA SOBRE PROCEDIMENTOS ESTÉTICOS AUTORIZADOS PELOS CONSELHOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE: O PAPEL DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO

REGULATORY COORDINATION ON AESTHETIC PROCEDURES AUTHORIZED BY PROFESSIONAL HEALTH COUNCILS: THE ROLE OF THE BRAZILIAN JUDICIARY

DOI: 10.19135/revista.consinter.00009.31

Recebido 30.04.2019 / Aprovado 02.08.2019

*Mayrinkellison Peres Wanderley*¹ – <https://orcid.org/0000-0003-2905-0872>

E-mail: mperesfrota@gmail.com

*Raphael Corrêa*² – <https://orcid.org/0000-0001-7067-3073>

E-mail: raphaelcorreaprof@gmail.com

Resumo: Os procedimentos estéticos são uma realidade na sociedade hodierna. Neste domínio, a medicina e as ciências médicas rapidamente absorveram este mercado e os conselhos profissionais não tardaram em editar Resoluções para regulamentar tais atividades, sempre prezando pela legitimidade de cada fíliado a exercer a dermatologia estética ou cosmiatria. Os conflitos decorrentes da falta de coordenação regulatória chegaram ao Judiciário, que tem sido o órgão eleito pelos conselhos para resolver as controvérsias decorrentes da superposição de atribuições editadas através de suas normas e regulamentos. As decisões, porém, não têm sido suficientes ou não têm atendido à imperiosa necessidade de coordenação regulatória desse setor da economia e da atividade profissional. O presente artigo pretende apresentar as bases normativas geradas pelos conselhos profissionais para autorizar seus associados a exercerem a dermatologia estética e como o Judiciário vem julgando tais demandas. Conclui-se pela necessidade de se forjar um modelo de coordenação regulatória que promova uma interação entre os conselhos como medida para ponderar o atual sistema de autorregulação dos conselhos profissionais no Brasil.

Palavras-chave: Conselhos profissionais. Judiciário. Cosmiatria. Regulação. Coordenação regulatória.

¹ Advogado, Especialista em Direito Empresarial (FGV-Rio) e Direito da Saúde (PUC-Rio) e Mes-
trando em Direito da Regulação pela FGV-RJ.

² Advogado, Doutor em Direito Processual Civil pela PUC de São Paulo, Mestre em Direito pela
Universidade Cândido Mendes – Centro/RJ, Professor do IBMEC/RJ.

Abstract: Aesthetic procedures are a reality in today's society. In this field, medicine and the health sciences quickly absorbed this market, and the professional councils were quick to publish Resolutions to regulate such activity, always emphasizing the legitimacy of their member to practice aesthetic dermatology or cosmetology. The conflicts arising from the lack of regulatory coordination and have reached the Judiciary, which has been the institution elected by the councils to resolve the controversies arising from the superposition of attributions edited through its rules and regulations. Its decisions, however, have not been sufficient or have not met the imperative need for regulatory coordination of this sector of the economy and professional activity. The present article intends to present the normative bases generated by the professional councils to authorize their associates to exercise the aesthetic dermatology and how the Judiciary has judged such demands. It concludes by the need to forge a model of regulatory coordination that promotes an interaction between the councils as a measure to consider the current system of self-regulation of professional councils in Brazil.

Keywords: Professionals councils. Regulatory coordination. Judiciary. Cosmetology. Regulation.

INTRODUÇÃO

As atividades na área de saúde têm estado em evidência no mundo jurídico, especialmente aquelas que lidam diretamente com o corpo humano. A mídia tem contribuído para alertar sobre a relevância e a responsabilidade dos procedimentos médicos e estéticos, que visam proporcionar melhoria na qualidade de vida, minorar o sofrimento decorrente de doenças ou possibilitar um bem-estar aos indivíduos³.

Hodiernamente, o escopo de atuação desses profissionais se alterou. Além da atividade curativa, clássica da Medicina e suas ciências acessórias, o médico passou a exercer seu ofício com fins extra-hospitais, isto é, não apenas cura trata dos doentes, mas também possibilita transformações no seu corpo, visando ao seu bem-estar, qualidade de vida ou elevação da autoestima dos seus pacientes. Houve uma migração para a busca pela descoberta do cuidado do paciente em sua integralidade, valorizando aspectos existenciais até pouco tempo negligenciados ou ignorados, como a medicina integrativa e práticas interdisciplinares.

Nesse contexto, tomam relevo as atividades estéticas, voltadas para o cuidado com o corpo e a qualidade de vida do paciente, agora também chamado de cliente ou paciente estético⁴. O interesse precípua não é mais necessariamente a dor, a enfermidade, o mal-estar, mas a imagem, a autoestima, a juventude, a sensação de uma beleza cada vez mais buscada pelo avanço tecnológico possibilitado pela indústria farmacêutica. A cosmética e a dermatologia têm evoluído de modo extraordinário nos últimos anos, somando recursos e esforços para que os tratamentos de pele tenham resultados cada vez mais promissores⁵.

³ Inúmeros casos de procedimentos mal-sucedidos por profissionais não médicos ou mesmo por médicos têm sido veiculados pela mídia impressa e televisiva nos últimos anos, tornando o tema atual e relevante.

⁴ MATEUS, Andréia; PALERMO, Eliandre. **Cosmiatria e laser: prática no consultório médico**. São Paulo: AC Farmacêutica, 2015. p. 9-13. Essa é uma expressão utilizada largamente pelas autoras para o paciente que busca o tratamento para fins exclusivamente estéticos.

⁵ KEDE, Maria Paulina Villarejo; SABATOVICH, Oleg. **Dermatologia estética**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2015. p. xvii (introdução).

Neste domínio, a medicina e as ciências médicas rapidamente se adaptaram e inúmeras clínicas e consultórios foram abertos, cursos foram criados e os conselhos profissionais não tardaram em editarem resoluções e pareceres para regulamentar a atividade, sempre prezando pela legitimidade de cada filiado a exercer a dermatologia estética.

Os conflitos daí resultantes surgiram em forma de debates judiciais e manifestos, principalmente da classe médica. Os riscos à saúde pública foi o principal argumento, uma vez que, segundo os médicos, esses procedimentos seriam atividade privativa da medicina. A reação foi imediata, com debates acalorados e novos regulamentos. Tem-se, portanto, um problema resultante da autorregulação própria dos conselhos profissionais⁶ e a necessidade premente de coordenação regulatória.

O presente trabalho se propõe a apresentar as principais discussões acerca da legalidade da atuação dos profissionais da área da saúde nos procedimentos aqui considerados como dermatologia estética, ou cosmiatria, a partir da Lei do Ato Médico e das resoluções dos conselhos profissionais de classe. A discussão será acentuada com as intervenções que o Poder Judiciário tem sido chamado a responder à [falta de] coordenação regulatória quando normas infralegais entram em conflito sobre o exercício das diversas profissões da saúde.

Não há muita bibliografia sobre o tema, sendo a grande parte dos trabalhos limitada a discutir a questão da responsabilidade civil diante de um erro médico ou dos profissionais da saúde em geral. O propósito aqui apresentado busca contribuir para preencher essa lacuna acadêmica, sem esgotar, obviamente, toda a temática que exigiria pesquisa mais acurada, não cabendo na modalidade de um artigo.

O referencial teórico baseou-se na literatura médica, especialmente aquelas ligadas à dermatologia e a pesquisa na jurisprudência dos tribunais federais que têm sido provocados para decidir sobre os conflitos regulatórios. Não houve tempo ou utilização de métodos quantitativos, mas primordialmente a uma análise descritiva, com revisão bibliográfica.

1 A ESTÉTICA E A SAÚDE

O cuidado com a estética, sobretudo com a pele, não é um fenômeno novo: *“Desde os primórdios da humanidade, em todas as civilizações, se buscam formas de melhorar a aparência física. A juventude sempre ocupou um lugar de destaque na mente das pessoas”*⁷. O ser humano tem se preocupado com aparência e o extraordinário acervo de obras de artes espalhados pelo mundo demonstra o quanto o homem valoriza os aspectos estéticos⁸, seja na natureza seja no corpo humano, e o cuidado com a saúde e a beleza não estão excluídos.

As dietas, as atividades físicas, as maquiagens e a efusão de clínicas e *spas* especializados em cuidado com a beleza corroboram para incluir o homem como um

⁶ LIMA JÚNIOR, João Manoel. **Autorregulação**: regime jurídico. Curitiba: Juruá, 2018. p. 156.

⁷ KEDE, Maria Paulina Villarejo; SABATOVICH, Oleg. *Op. cit.*, p. xvii (introdução).

⁸ E. M. Gombrich, historiador da arte, traz uma série de obras de arte produzidas pela humanidade, apenas como um exemplo da quantidade de produções humanas que valorizaram o que os gregos antigos chamavam de “*καλὸν καὶ ὀγαπῶ*” (perfeito). GOMBRICH, E. H. **A história da arte**. 16. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999. p. 646-654, *passim*.

ser vaidoso. Com efeito, “a sociedade impõe, periodicamente, valores estéticos, segundo interesses de grupos e mercadológicos, que devem ser ponderados para não se tornarem padrões obrigatoriamente aceitáveis e adequados a todas as pessoas”⁹.

Até recentemente, não se duvidava da imprescindibilidade de um profissional habilitado – isto é, o médico – para o exercício de qualquer atividade que envolvesse manipular o corpo humano, especialmente se a atividade envolvesse introdução de fármacos ou produtos manipulados, qualquer tipo de corte ou incisão, diagnóstico e prescrição de medicamentos. No entanto, a partir dos primeiros anos do século XX, outros profissionais da saúde têm avocado para si a prerrogativa de, em pé de igualdade com os médicos, realizar procedimentos estéticos, com autorização de seus respectivos conselhos profissionais.

Atualmente, são os conselhos profissionais das diversas áreas da saúde que têm desempenhado o papel de regulamentar a abrangência e os limites do que é permitido ou vedado a cada profissional a ele vinculado. Tal liberdade de atuação – que se enquadra no conceito de autorregulação – tem trazido controvérsia sobre a interferência de uma profissão sobre a outra e tais conflitos têm sido levados ao Judiciário como órgão, *a priori*, responsável por uma tentativa de coordenação regulatória imprópria, uma vez que pela natureza dos conselhos profissionais, não há um órgão central ou descentralizado designado para resolver conflitos que ocorram entre si, tornando-se o problema, hoje, uma questão de disputa jurídica.

2 A “DERMATOLOGIA ESTÉTICA” OU COSMIATRIA

Médicos e esteticistas, utilizando-se essa última expressão de forma ampla, tinham funções bem definidas. Estes se ocupavam de cuidar da aparência das pessoas valendo-se de técnicas não invasivas, conhecidas como maquiagem, podologia, depilação, massagens etc.; aqueles, embora tivessem ainda a precípua função de curar doenças, estariam em tese habilitados para cuidar da aparência, mas especialmente quando se referisse a procedimentos médicos, como perfurações, cirurgias e aplicação de produtos considerados de “uso exclusivo para médicos”, ou, *mutatis mutandis*, de cirurgiões-dentistas.

Neste mister, os médicos exerceram, por longo tempo, o monopólio no tratamento de saúde dos pacientes para fins não apenas terapêuticos, mas também estéticos, primeiramente através da cirurgia plástica, reconhecidamente como ato médico¹⁰, atravessando pelos avanços da dermatologia, ramo da Medicina que se ocupa dos estudos e tratamento da pele¹¹, criando uma subdivisão relativamente nova que passou a se chamar de cosmiatria ou dermatologia estética¹².

⁹ MATEUS, Andréia; PALERMO, Eliandre. **Cosmiatria e laser**, p. 11.

¹⁰ Lei 12.842/2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina, especialmente o art. 4º, incs. II e III.

¹¹ No seu prefácio, os autores afirmam: “A dermatologia transformou-se radicalmente nas últimas décadas. Atualmente clínica e cirúrgica, a sua área de atuação vai desde a diagnose e tratamento das doenças, afecções e neoplasias cutâneas; conservação da hidrizez e melhora do aspecto da pele até a cirurgia dermatológica, oncológica, corretiva e cosmiátrica. [...]”. SAMPAIO, Sebastião A. P.; RIVITTI, Evandro A. **Dermatologia**. 3. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2007. p. ix (prefácio).

¹² Cosmiatria é a área da dermatologia dedicada ao tratamento e prevenção de alterações estéticas da pele. É a ciência médica que estuda e trata a beleza humana de maneira embasada, responsável e ética. Disponível em: <<https://dermatologiaesaude.com.br/o-que-e-cosmiatria/>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

Para a Sociedade Brasileira de Dermatologia (SDB)¹³,

*A cosmiaatria é a área da medicina que estuda e trata da beleza de forma ampla, ética e profissional. A Dermatologia Cosmiátrica usa conceito de cosmiaatria para realizar procedimentos e tratamentos que tenha como finalidade a manutenção da beleza e a melhora da aparência da pele e seus anexos. É importante salientar que procedimentos cosmiátricos são por definição procedimentos médicos. É um engano acreditar que esses procedimentos são simples, fáceis de realizar e livres de riscos. Escolher um dermatologista experiente e qualificado para realizar um procedimento cosmético é sempre muito importante. [...] Esse profissional executa com habilidade e capacitação inúmeros procedimentos cosméticos, dentre os quais: aplicação de toxina botulínica, preenchimentos, laser para rejuvenescimento, peelings, tratamentos para cicatrizes de acne, depilação a laser, remoção de tatuagens [...]*¹⁴.

Como visto, de acordo com o texto publicado no sítio oficial da SBD, a dermatologia se subdivide em clínica e preventiva, oncológica, cirúrgica e a cosmiátrica, sendo esta, segundo a SBD, exclusivamente uma área da medicina, que os procedimentos médicos são privativos para médicos e que seu objetivo é a manutenção da beleza e a aparência.

Nessa confluência de interesses de médicos pela área estética, surgiu no Brasil, em 1973, a Sociedade Brasileira de Medicina Estética (SBME)¹⁵, que afirma de forma clara em seu sítio oficial:

Os pontos essenciais do seu campo de ação são: o tratamento das alterações físicas, estéticas e constitucionais; os tratamentos das seqüelas inestéticas das doenças e dos traumatismos; a postergação do envelhecimento e principalmente das suas formas de exteriorização e de suas repercussões físicas e psicológicas; a reeducação perante no sentido de proporcionar ao individuo a possibilidade de preservar o seu patrimônio biológico, através do desenvolvimento de programas de higiene mental, física e alimentar.

Ora, em nota oficial, em solidariedade à Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, a SBE afirmou peremptoriamente “*que medicina estética não é uma especialidade médica e não é reconhecida por esses órgãos, sendo exercida e divulgada de forma ilegal*”¹⁶.

¹³ A Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD) se autoproclama como “*a única instituição reconhecida oficialmente pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e pela Associação Médica Brasileira (AMB) como representante dos dermatologistas no Brasil*”.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.sbd.org.br/dermatologia/sobre-a-dermatologia/campos-de-atuacao>>. Acesso em: 08 set. 2017.

¹⁵ Os procedimentos aplicados na Medicina Estética são considerados atos médicos que requerem uma abordagem do paciente de forma abrangente, que pressupõe uma anamnese especial, exame físico e formulação de diagnóstico clínico e diferencial, indicação e realização de tratamento clínico e/ou cirúrgico, mediante análise de eventuais contra-indicações relativas ou absolutas, formulação de prognóstico, orientações individuais e gerais quanto à prevenção de doenças, alteração de função de órgãos ou agravos à saúde relacionados com fatores geradores de inestetismo. Disponível em: <<http://www.sbme.org.br/portal/pagina/13/quem-somos.shtml>>. Acesso em: 08 set. 2017.

¹⁶ Em interessante nota acerca de incidente que causou a morte de um paciente após utilização de ácido hialurônico, “*a Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD) [veio] a público esclarecer que medi-*

Como se não bastasse, em 2000 foi criada a Academia Brasileira de Dermatologia (ABD), elencando em seu sítio oficial os seguintes objetivos:

*promover e incentivar o estudo e a pesquisa da Dermatologia; divulgar estudos científicos; fomentar o intercâmbio entre os profissionais ligados à Dermatologia; atribuir título de Especialista em Dermatologia, de acordo com as normas e regulamentos que lhes forem peculiares; identificar e estimular temas prioritários de pesquisa em Dermatologia; pronunciar-se sobre quaisquer atos ou fatos do interesse do Dermatologista; viabilizar acordos, convênios, ajustes e outros instrumentos jurídicos com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, que assegurem meios e recursos para consecução dos seus objetivos*¹⁷.

Assim, temos no Brasil quatro grupos de profissionais médicos que afirmam legitimamente atuar no tratamento da pele, sobretudo para fins estéticos¹⁸: A Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD) e a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP)¹⁹, ambas com diálogo aberto e reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e a Associação Médica Brasileira (AMB)²⁰; e de outro a Sociedade Brasileira de Medicina Estética (SBME), que se intitula ramo independente da Medicina, e a Academia Brasileira de Dermatologia (ABD)²¹, que surgiu para fazer frente à SBD, nenhuma das duas reconhecidas pela AMB ou o CFM.

Os procedimentos estéticos são variados e variáveis são também as técnicas que podem ser utilizadas. O anseio pelo rejuvenescimento e a sensação de bem-estar

na estética não é uma especialidade médica e não é reconhecida por esses órgãos, sendo exercida e divulgada de forma ilegal". Disponível em: <<http://www.sbd.org.br/noticias/nota-de-esclarecimento-acido-hialuronico>>. Acesso em: 08 set. 2017.

¹⁷ Fundada em 14.07.2000, a Academia Brasileira de Dermatologia – ABD, ao longo de sua caminhada e preocupada com o aprimoramento profissional de seus sócios e demais profissionais envolvidos com a evolução da dermatologia e áreas afins, tem buscado o que há de melhor no mercado em tecnologia, procedimentos, protocolos e terapêuticas para o rejuvenescimento cutâneo e para o tratamento das dermatoses, com vistas à grande preocupação mundial que prima pela beleza e a longevidade. Disponível em: <<http://www.acaderm.org.br>>. Acesso em: 07 set. 2017.

¹⁸ Sem adentrar, ainda, na legitimidade do profissional médico ou mesmo não médico para a prática da cosmatria ou dermatologia estética, podemos citar alguns dos procedimentos mais comuns hodiernamente, como, por exemplo, a toxina botulínica, o uso de *peelings* químicos, o uso de técnicas de laser, a aplicação de preenchedores cutâneos, especialmente à base de ácido hialurônico e outros compostos químicos ou biológicos, a dermoabrasão, entre outras técnicas disponíveis no mercado, cujas características e práticas podem ser conhecidos e melhor aprofundadas em bibliografia própria que segue indicada nas referências bibliográficas deste artigo.

¹⁹ Para a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, os tratamentos estéticos como *peelings* químicos, dermoabrasão, laser, plasma rico em plaquetas, preenchimento cutâneo e toxina botulínica são classificados como “procedimentos minimamente invasivos”. Disponível em: <<http://www2.cirurgioplastica.org.br/seguranca-do-paciente/cirurgiao-de-confianca/#!/cirurgias-e-procedimentos>>. Acesso em: 08 set. 2017.

²⁰ A Associação Médica Brasileira, fundada em 26.01.1951, tem por missão defender a dignidade profissional do médico e a assistência de qualidade à saúde da população brasileira. [...] A AMB concede Títulos de Especialista aos médicos aprovados em rigorosas avaliações teóricas e práticas.

²¹ Em 2009, a ABD ajuizou ação contra a SDB no intuito de garantir a participação dos médicos associados à autora na realização do exame para a obtenção do título de especialista em Dermatologia junto à SBD, em iguais condições com os demais inscritos. Processo 0097796-71.2009.8.19.0001, que tramita na 22ª Vara Cível da Comarca da Capital do Rio de Janeiro.

ultrapassou as fronteiras da estética comum e adentrou no domínio da Saúde, e, em particular, da Medicina, a qual acabou por buscar o monopólio de sua execução.

A própria definição de saúde pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como sendo “*um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades*”²², aumenta a abrangência do que seria estar saudável e entre elas se encontra o bem-estar estético. Os procedimentos estéticos, ainda que minimamente invasivos, têm como foco o cuidado do corpo humano e quem está apto para exercê-lo é objeto de diversas críticas.

No entanto, a situação se altera sensivelmente quanto à exclusividade dos médicos para o exercício da dermatologia estética, uma vez que não se está necessariamente buscando a cura ou tratamento de alguma doença. Na mesma nota supracitada, a SBD classifica aqueles que não têm diploma em Medicina de “não médicos”, expressão encontrada no linguajar corriqueiro da classe médica para se referir a outros profissionais da área da saúde que vêm atuando nos procedimentos estéticos citados neste artigo, como os *peelings* químicos, os preenchimentos cutâneos e a aplicação da toxina botulínica.

Neste diapasão, uma série de normas de ordem legal se impõe e diversos regulamentos profissionais se sobrepõem quanto à legitimidade do exercício de tais procedimentos.

3 OS MÉDICOS E O CFM

A discussão sobre a legitimidade dos médicos praticarem procedimentos estéticos que envolvam introdução de produtos químicos ou métodos abrasivos não gera tanta polêmica, além dos problemas políticos e deontológicos internos das diversas organizações médicas. Embora algumas sociedades médicas vindiquem serem as legítimas representantes dos profissionais médicos nas diversas especialidades, sobretudo na dermatologia estética ou cosmiaétrica, todos estão respaldados pelo Código de Ética como estando habilitados para qualquer atividade médica.

O próprio Código de Ética Médica prevê (Resolução 1.931/2009, do CFM), em seu Capítulo I – Dos Princípios Fundamentais:

I – A Medicina é uma profissão a serviço da saúde do ser humano e da coletividade e será exercida sem discriminação de nenhuma natureza.

[...].

VII – O médico exercerá sua profissão com autonomia, não sendo obrigado a prestar serviços que contrariem os ditames de sua consciência ou a quem não deseje, excetuadas as situações de ausência de outro médico, em caso de urgência ou emergência, ou quando sua recusa possa trazer danos à saúde do paciente. [grifo nosso]

No mesmo Código deontológico, no Capítulo II – Do Direito dos Médicos, a norma é expressa:

²² Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

É direito do médico:

I – Exercer a Medicina sem ser discriminado por questões de religião, etnia, sexo, nacionalidade, cor, orientação sexual, idade, condição social, opinião política ou de qualquer outra natureza.

II – Indicar o procedimento adequado ao paciente, observadas as práticas cientificamente reconhecidas e respeitada a legislação vigente. [grifo nosso]

A atividade médica é regida pela Lei 12.842/2013, que dispôs sobre o exercício da Medicina (conhecida como Lei do Ato Médico):

Art. 1º. O exercício da Medicina é regido pelas disposições desta Lei.

Art. 2º. O objeto da atuação do médico é a saúde do ser humano e das coletividades humanas, em benefício da qual deverá agir com o máximo de zelo, com o melhor de sua capacidade profissional e sem discriminação de qualquer natureza.

Art. 4º. São atividades privativas do médico:

I – (VETADO);

II – indicação e execução da intervenção cirúrgica e prescrição dos cuidados médicos pré e pós-operatórios;

III – indicação da execução e execução de procedimentos invasivos, sejam diagnósticos, terapêuticos ou estéticos, incluindo os acessos vasculares profundos, as biópsias e as endoscopias. [grifo nosso]

Entre os próprios médicos existe a divergência acerca da necessidade de uma melhor e específica preparação do profissional para a atividade da cosmatria. Tal divergência pôde ser percebida na Nota Oficial da SBD, em que afirmou que não existe medicina estética, que é imprescindível a filiação dos médicos a essa sociedade, que há requisitos teóricos e práticos para o exercício da cosmatria e que a atividade exercida por qualquer profissional médico ou não em dermatologia estética sem o devido credenciamento seria exercício ilegal da profissão²³.

Neste aspecto, cabe uma análise das leis e normas deontológicas que disciplinam as atividades profissionais dos que militam na área da saúde e que hoje atuam na “*dermatologia estética*”²⁴, a fim de se perceber a dificuldade de coordenação regulatória dessa atividade sensível não apenas da economia, mas também do exercício regular de uma profissão e suas consequências para a sociedade, representada pelos pacientes.

²³ “A Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD) [veio] a público fortalecer a nota da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP) e esclarecer a população que o preenchimento com ácido hialurônico é seguro, desde que realizado por médico capacitado e habilitado a executá-lo. [...] A Sociedade Brasileira de Dermatologia é a única sociedade de dermatologistas reconhecida, tanto pela AMB quanto pelo CFM, e luta para que os órgãos responsáveis reconheçam a gravidade das consequências do exercício ilegal das profissões, com indivíduos que praticam atos que deveriam ser exclusivamente realizados por médicos e especialistas. A Diretoria Executiva da SBD também aproveitou para enviar as sinceras condolências à família enlutada pelo falecimento da paciente que motivou esta nota. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2016. Diretoria Executiva da Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD)”. Disponível em: <<http://www.sbd.org.br/noticias/nota-de-esclarecimento-acido-hialuronico>>. Acesso em: 04 set. 2017.

²⁴ Este termo está sendo empregado neste artigo para se referir não à ciência dermatológica, mas aos procedimentos cosmítricos apresentados neste artigo.

4 OS CIRURGIÕES-DENTISTAS E O CFO

A profissão de cirurgião-dentista é disciplinada pelo Decreto 20.931/1932²⁵ (que também disciplina o exercício e a fiscalização da profissão da medicina, do farmacêutico, da medicina veterinária e do farmacêutico, parteira e enfermeira [sic!]). Neste decreto, a atividade está limitada a prescrever fármacos para os casos estritos da sua especialidade e lhe é vedado promover cirurgias que extrapolem sua área de atuação.

A Lei 5.081/1966 regula o exercício da odontologia e inclui, entre elas, praticar todos os atos pertinentes à Odontologia, decorrentes de conhecimentos adquiridos em curso regular ou em cursos de pós-graduação; prescrever e aplicar especialidades farmacêuticas de uso interno e externo, indicadas em Odontologia; e aplicar anestesia local e truncular. Em uma leitura superficial da Lei, não se encontraria, em tese, a indicação da odontologia para utilização do que se poderia chamar de “odontologia estética” nos tecidos da pele.

Por outro lado, como já sinalizado neste artigo, a aplicação de toxina botulínica ou o uso de preenchedores cutâneos têm fins tanto terapêuticos quanto estéticos. Dentre as finalidades terapêuticas, encontram-se o sorriso gengival e o bruxismo, cuja utilização dessas técnicas pode trazer resultados satisfatórios ao paciente que deseja combinar o tratamento odontológico com o estético.

No entanto, a questão se complica quando a atividade do cirurgião-dentista for exclusivamente estética. Sobre isso, o Conselho Federal de Odontologia (CFO) aprovou várias Resoluções tentando disciplinar o tema, entre as quais a Resolução 112/2011, que proibiu o uso do ácido hialurônico na Odontologia. A norma também restringiu o uso da toxina botulínica por cirurgiões-dentistas, proibindo o uso dessa substância para fins estéticos e permitindo seu emprego para fins exclusivamente terapêuticos.

Alguns anos depois, a Resolução 144/2014 alterou a Resolução 112/2011 e permitiu o uso do ácido hialurônico em procedimentos odontológicos com reconhecida comprovação científica e definiu que o uso da toxina botulínica seria permitido para uso terapêutico em procedimentos odontológicos e vedado, exclusivamente, para utilização em procedimentos estéticos. A Resolução 145/2014 voltou a alterar a Resolução 112/2011 e definiu que uso da toxina botulínica seria permitido para procedimentos odontológicos e vedado para fins não odontológicos.

Finalmente, o CFO definiu recentemente que a utilização dos preenchedores faciais e a aplicação da toxina botulínica podem ser empregadas para fins terapêuticos “ou” estéticos, desde que dentro da “área anatômica de atuação” do cirurgião-dentista, conforme a Resolução 176/2016²⁶.

²⁵ “Decreto 20.931/1932, art. 30. O cirurgião-dentista somente poderá prescrever agentes anestésicos de uso tópico e medicamento de uso externo para os casos restritos de sua especialidade.

Art. 31. Ao cirurgião-dentista é vedado praticar intervenções cirúrgicas, que exijam conhecimentos, estranhos à sua profissão, bem como permitir o exercício da clínica odontológica, em seu consultório, a indivíduo não legalmente habilitado para exercê-la”.

²⁶ “Resolução 176/2016, do CFO, art. 1º. Autorizar a utilização da toxina botulínica e dos preenchedores faciais pelo cirurgião-dentista, para fins terapêuticos funcionais e/ou estéticos, desde que não extrapole sua área anatômica de atuação.

Com isso, com relação aos cirurgiões-dentistas, e dentro de seu grupo corporativo, ficou superada a discussão sobre sua habilitação e legitimidade para exercer a odontologia estética com a utilização dos métodos próprios da cosmiatria, desde que esteja restrito às partes do rosto próprias da atuação do cirurgião-dentista.

Essa discussão pacificou entre os cirurgiões-dentistas tal questão, mas não em relação aos médicos, pois ainda que se tenha definido uma área própria para execução de procedimentos estéticos, há vários contornos de interpretação na norma que podem levar a uma extensão dessa área, conforme a necessidade, sobretudo na face.

Por outro lado, isso não evitou que a AMB e a SBCP, entre outras associações médicas, ingressassem com uma ação civil pública contra a Resolução 176/2016. O Ministério Público Federal deu parecer pela improcedência do pleito liminar. No entanto, a petição inicial foi indeferida e o feito julgado improcedente sem resolução de mérito, por entender o Juízo que as autoras não tinham legitimidade ativa para ingressar em juízo pela via eleita (ACP) e o CFM ingressou no feito como mero assistente:

Patente, portanto, a ilegitimidade ativa das autoras, impõe-se a terminação do processo. Esclareça-se que muito embora o Conselho Federal de Medicina tenha plena legitimidade ativa para propor a presente ação ou se habilitar como litisconsorte, nos termos da Lei 7.347/1985, essa autarquia profissional não o fez, limitando-se a pedir seu ingresso no feito como assistente simples, nos termos do art. 119 do NCPC (fl.130), o que não tem o condão de sanar o vício processual ora detectado. Ante o exposto, manifesta a ilegitimidade ativa apontada, com fundamento no art. 330, II, do NCPC, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, extinguindo o feito sem resolução de mérito²⁷.

No entanto, em ação semelhante ajuizada junto à 5ª Vara Federal do Rio Grande do Norte²⁸, confirmada pela 2ª Turma do TRF-5, houve a suspensão dos efeitos da dita Resolução, conforme segue no voto vencedor:

Por tudo o que foi exposto, irretocável a decisão de primeiro grau, que reconheceu o perigo da demora, a justificar o deferimento imediato do pedido para determinar a

§ 1º A área anatômica de atuação clínico-cirúrgica do cirurgião-dentista é superiormente ao osso hióide, até o limite do ponto nâsio (ossos próprios de nariz) e anteriormente ao tragus, abrangendo estruturas anexas e afins.

§ 2º Para os casos de procedimentos não cirúrgicos, de finalidade estética de harmonização facial em sua amplitude, inclui-se também o terço superior da face”.

²⁷ BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região – Seção Judiciária do Distrito Federal. **Sentença em Ação Civil Pública** 0012537-52.2017.4.01.3400/DF – Juiz Federal: Francisco Alexandre Ribeiro – DJ 05.10.2017 – ID 72985193400293. Disponível em: <<https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php?proc=00207781520174013400&secao=TRF1&pg=1&enviar=Pesquisar>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

²⁸ BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Seção Judiciária do Rio Grande do Norte – **Sentença em Ação Ordinária 0809799-82.2017.4.05.8400/RN** – Juiz Federal: Leticia Pereira Voltz Alfaro – DJ 27.09.2018 – ID 4058400.4236545. Disponível em: <<https://pje.trf5.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

suspensão da autorização contida na Resolução 176/2016, uma vez que “a regulamentação infralegal impugnada, ao possibilitar aos profissionais de Odontologia, cuja formação não visa à realização de atos médicos, o exercício de atos privativos dessa categoria profissional, põe em risco a saúde da população, sujeita a sofrer danos físicos/estéticos. Assim, considerando que o exercício dessas atividades tangencia as funções previstas privativamente a profissionais da medicina, e considerando-se o risco comprovado de danos à saúde dos inúmeros pacientes que porventura possam a vir ser afetados, a concessão da tutela pleiteada se mostra imperiosa”²⁹.

Todavia, o processo foi recentemente extinto, sem resolução de mérito, por ter entendido o Juízo que já havia outra ação de igual teor tramitando no TRF-1, da qual já falamos e que igualmente foi extinta sem resolução de mérito.

Das duas decisões, em ambos os tribunais, houve interposição de apelação contra as sentenças terminativas, e voltou-se ao *status quo ante*, isto é, a permissão de os cirurgiões-dentistas exercerem a cosmiatria, pelo menos enquanto os recursos não forem julgados ou concedido algum efeito suspensivo.

A discussão, porém, está longe de terminar, pois o CFO publicou recentemente a Resolução CFO-198/2019, que Reconhece a Harmonização Orofacial como especialidade odontológica, e dá outras providências. Resta aguardar o posicionamento do Judiciário sobre o tema.

5 OS FARMACÊUTICOS E O CFF

A profissão de farmacêutico é regulada pelo Decreto 20.931/1932 e pelas Leis 5.991/1973 e 13.021/2014. Classicamente, cabe aos farmacêuticos realizar intervenções farmacêuticas, prescrever no âmbito da sua competência, observada a legislação, analisar prescrições e o acompanhamento da produção de medicamentos, na forma da Resolução 585/2013 do Conselho Federal de Farmácia (CFF).

No entanto, a partir da Resolução 616/2015, passou a fazer parte das atribuições desse profissional da saúde o que foi chamado pela classe de “saúde estética”, assim entendidos os seguintes procedimentos que constam como anexos da Resolução: toxina botulínica, preenchimentos dérmicos, caboxiterapia, intradermoterapia/mesoterapia, agulhamento e microagulhamento estético e crilipólise, desde que preenchidos alguns requisitos previstos na própria Resolução.

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul ingressou com ação junto à 8ª Vara Federal do Rio Grande do Sul para sustar as Resoluções CFF 585/2013, 586/2013 e 616/2015³⁰, mas teve seu pedido de tutela indeferido

²⁹ BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. **Acórdão no Agravo de Instrumento e Agravo Interno n. 0800083-74.2018.4.05.0000/RN**. Relator: Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima. Publicado no DJ de 03/07/2018. ID. 4050000.10559064. Disponível em <<https://pje.trf5.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

³⁰ BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região – Seção Judiciária do Rio Grande do Sul – **Decisão em Ação Civil Pública n. 5062002-50.2016.4.04.7100/RS** – Juiz Federal: Dulce Helena Dias Brasil – DJ 19.09.2016. Disponível em: <https://eproc.trf4.jus.br/eproc2trf4/externo_controlador.php?acao=principal&sigla_orgao_sistema=TRF4&sigla_sistema=Eproc&msg=Sua%20sessao%20foi%20encerrada.%20Por%20favor,%20inicie%20uma%20nova%20sessao>. Acesso em: 09 dez. 2017.

pelo Juízo *a quo*, decisão esta mantida pela 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sob o argumento de que não estariam presentes os requisitos autorizadores do art. 300, do CPC, a saber:

No caso em apreço, não obstante a relevância do fundamento da demanda, vale dizer, a defesa de interesse coletivo “lato sensu”, a saúde pública, entendo não haver risco de ineficácia do provimento final, se concedida a tutela pleiteada após o contraditório ou em sentença³¹.

Decisão diferente foi proferida pelo TRF-5, em que o juiz da ação na Sessão Judiciária do Rio Grande do Norte pugnou pela suspensão dos efeitos da Resolução do CFF, na forma de tutela de urgência:

Diante do exposto, defiro o pedido liminar deduzido pela ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA – AMB e ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO RIO GRANDE DO NORTE na peça inaugural, para suspender os efeitos/eficácia do art. 7º, caput e incisos VII, VIII, XVI e XXVI da Resolução 585/2013 – Conselho Federal de Farmácia, até ulterior de liberação judicial³².

Posteriormente, no entanto, o processo foi extinto sem resolução de mérito, tendo em vista litispendência, conforme segue, ainda sem definições concretas:

O presente processo deve ser extinto sem julgamento de mérito por ser litispendente às ações civis públicas 0060624-78.2013.4.01.3400, 0007846-97.2014.4.01.3400, 0027374-49.2016.4.01.3400 e 00051244-60.2015.4.01.3400, todas em trâmite na 17ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília/DF³³.

Desta forma, foi ampliado o rol da ação de atuação do farmacêutico e estes passaram a competir no mercado da cosmetologia brasileiro³⁴.

³¹ BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região – **Acórdão no Agravo de Instrumento n. 5044487-59.2016.4.04.0000/RS** – Rel. Des. Fed. Marga Inge Barth Tessler – DJ 10.10.2016 – ID. 40000085847v12. Disponível em: <https://eproc.trf4.jus.br/eproc2trf4/externo_controlador.php?acao=principal&sigla_orgao_sistema=TRF4&sigla_sistema=Eproc&msg=Sua%20sessao%20foi%20encerrada.%20Por%20favor,%20inicie%20uma%20nova%20sessao>. Acesso em: 10 dez. 2017.

³² BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Seção Judiciária do Rio Grande do Norte – **Sentença em Ação Ordinária n. 0808737-41.2016.4.05.8400/RN** – Juiz Federal: Magnus Augusto Costa Delgado – DJ 22.09.2016. – ID 20194058400.1713219. Disponível em <<https://pje.trf5.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

³³ BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Seção Judiciária do Rio Grande do Norte – **Sentença em Ação Ordinária n. 0808737-41.2016.4.05.8400/RN** – Juiz Federal: 4058400.2551952 – DJ 04.08.2017 – ID 4058400.2551952. Disponível em: <<https://pje.trf5.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

³⁴ Há outros processos com questões semelhantes que tramitam na TRF-1 – Seção Judiciária do Distrito Federal, sob os n. 0060624-78.2013.4.01.3400, n. 0007846-97.2014.4.01.3400, n. 00051244-60-2015.4.01.3400 e n. 0027374-49.2016.4.01.3400.

6 OS FISIOTERAPEUTAS E O COFFITO

Antes conhecidos como profissionais que cuidavam da recuperação dos pacientes traumatizados, da reabilitação e técnicas de ergonomia e correção, os fisioterapeutas também disputam o mercado da dermatologia estética. A profissão de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional é regulamentada pelo Decreto-Lei 938/1969³⁵ e pelas Leis 6.316/1975 e 8.856/1994.

De acordo com a Resolução 8/1978, art. 3º, do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO), são recursos terapêuticos a ação isolada ou concomitante de agente termoterapêutico, crioterapêutico, hidroterapêutico, aeroterapêutico, fototerapêutico, eletroterapêutico, sonidoterapêutico, massoterapêutico, mecanoterapêutico, cinesioterapêutico motor e cardiorespiratório e utilização de órteses e próteses.

Por outro lado, a “fisioterapia dermatofuncional” foi regulamentada pela Resolução 394/2011 e, por essa Resolução inovadora, o fisioterapeuta utiliza a cosmetologia (RDC/ANVISA 79/2000) e acupuntura (Resolução 219/2000) como recursos terapêuticos, podendo também lançar mão das Práticas Integrativas e Complementares de Saúde (Resolução 380/2010), tecnologias assistidas, entre outros.

A fim de definir os limites da atuação dessa nova especialidade dentro da fisioterapia, o COFFITO aprovou na forma de Acórdão a Normatização das Técnicas e recursos próprios da fisioterapia dermatofuncional, tendo em vista que o tratamento fisioterapêutico dermatofuncional pode oferecer diferentes graus de risco à saúde da população. Como conclusão do Parecer 06/2012, o Acórdão 293/2012 incluiu entre as atividades do fisioterapeuta dermatofuncional o uso das seguintes técnicas da cosmiação: *laser*, luz intensa pulsada, radiofrequência, corboxiterapia e o *peeling* mecânico ou químico. Neste último caso, no entanto, foi vedado ao fisioterapeuta procedimentos de *peeling* cuja profundidade ultrapasse o limite da epiderme³⁶.

Desta forma, embora com atuação mais limitada que as demais classes de profissionais de saúde, os fisioterapeutas foram autorizados a ingressar nesse mercado de trabalho de dermatologia estética, em quase pé de igualdade com outros profissionais “não médicos”.

7 OS ENFERMEIROS E O COFEN

A profissão de enfermeiro (incluindo técnico e auxiliar de enfermagem) é regulamentada pelos Decretos-Leis 20.931/1932, 8.778/1946 e pelas Leis 2.604/1955

³⁵ “**Decreto-Lei 938/1969, art. 3º.** É atividade privativa do fisioterapeuta executar métodos e técnicas fisioterápicas com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade física do ciente”.

³⁶ Para melhor compreensão do tema “pele”, conforme SMALL, a epiderme é a camada mais superficial da pele e é formada por células que protegem o corpo contra a evaporação, mantendo a hidratação e a elasticidade da pele, além de atuar como barreira física protetora como micróbios, traumatismo, substâncias irritantes e luz ultravioleta. [...] Abaixo da derme e acima da musculatura subjacente está a camada de tecido subcutâneo ou fáscia superficial. In: SMALL, Rebecca; HOANG, Dalano; LINDER, Jennifer. **Guia prático de peelings químicos, microabrasão & produtos tópicos**. Rio de Janeiro: Di Livros, 2013. p. 12-15, *passim*. A pele representa mais de 15% do peso corpóreo e “é um órgão que reveste e delimita o organismo, protegendo-o e interagindo com o meio exterior. Sua resistência e flexibilidade determinam a sua plasticidade”. In: AZULAY, Rubem David; AZULAY, David Ruben; AZULAY-ABULAFIA, Luna. **Dermatologia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015. p. 2.

e 7.498/1986. É de conhecimento comum que o enfermeiro e os técnicos em enfermagem são profissionais ligados ao cuidado do paciente e à organização interna nos hospitais, normalmente voltados para o ambiente hospitalar³⁷.

No entanto, assim como os outros profissionais de saúde já mencionados neste artigo, os enfermeiros atribuíram-se a legitimidade para exercer cosmiatria através da Resolução 429/2016 do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), em que foi permitido aos enfermeiros exercer, entre outras atividades previstas no Anexo da Resolução: micropuntura, carboxiterapia, intradermoterapia/mesoterapia, laserterapia, micropigmentação, *peeling* muito superficiais e superficiais e criolipólise. Nos considerando da Resolução cunhou-se o termo “enfermagem estética”.

No entanto, em de 10.05.2017, o juiz federal titular da 4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte proferiu decisão liminar de âmbito nacional suspendendo a Resolução COFEN 529/2016, em ação movida pela AMB e outras três associações médicas e outras organizações médicas, sob o argumento de que estaria se invadindo área privativa do médico e extrapolando os limites impostos pela Lei à atuação do enfermeiro. A decisão determina, ainda, que o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) se abstenha de editar nova norma sobre o tema, até que seja julgado o mérito da questão³⁸. A decisão foi recentemente confirmada pela 2ª Turma do 5º Tribunal Regional Federal da 5ª Região, sob a justificativa que:

Considerando-se o risco de danos efetivos ocasionados à saúde dos inúmeros pacientes que porventura possam a vir ser afetados, não se mostra descabida, nesse momento, a proibição do exercício de tais funções pelos profissionais de Enfermagem, com a suspensão do que prevê a Resolução do Cofen, mercê da possível extrapolação na atividade regulamentar efetuada por este ato normativo frente à previsão legal das atuações profissionais de enfermeiros e de médicos³⁹.

Na referida ação, o Ministério Público Federal potiguar apresentou seu parecer com a seguinte expressão:

*[...] Neste contexto, além das residências médicas e cursos adicionais, os médicos, na sua formação acadêmica, com duração média de seis anos em período integral, estudam, entre outros, o Sistema Cardiovascular, Sistema Respiratório, Sistema Digestório, Imunopatologia, Doenças Infecciosas e Assistência Básica à Saúde. Já o enfermeiro especializado em saúde estética necessita ser graduado em curso superior em Enfermagem e ser pós-graduado **Lato Sensu** ou **Stricto Sensu** em Enfermagem Esté-*

³⁷ “**Lei 7.498/1986, art. 11, I, I**: prescrição da assistência de enfermagem;

[...]

l) cuidados diretos de enfermagem a pacientes graves com risco de vida;

m) cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos de base científica e capacidade de tomar decisões imediatas”.

³⁸ Disponível em: <<http://www.cofen.gov.br/categoria/noticias>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

³⁹ BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região – **Acórdão no Agravo de Instrumento e Agravo Interno n. 0804884-67.2017.4.05.0000/RN** – Rel. Des. Fed. Paulo Roberto de Oliveira Lima – DJ 03.10.2017 – ID. 8440367. Disponível em: <<https://pje.trf5.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalleProcesoConsultaPub>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

tica por instituição reconhecida pelo MEC. São preparações profissionais diferentes, portanto, não há razão para conferir atribuições médicas àqueles que não têm formação em medicina. Dessa forma, a impugnada Resolução COFEN nº 529/2016 é incompatível com a Lei n. 12.842, de 10 de julho de 2013. III – CONCLUSÃO. Em razão do exposto, o Ministério Público Federal se manifesta pela procedência da demanda, nos termos da manifestação supra. [grifo nosso]

Nesta mesma linha de raciocínio, o Juízo da 20ª Vara Federal do Distrito Federal, ao deferir pedido de tutela provisória requerido pelo CF para suspender Resolução 529/2016 do COFEN, caminhou na mesma linha de entender que:

a lei 12.842/13, que dispõe sobre o exercício da medicina, prevê, expressamente, que “a indicação da execução e execução de procedimentos invasivos, sejam diagnósticos, terapêuticos ou estéticos, incluindo os acessos vasculares profundos, as biópsias e as endoscopias” são atividades privativas do médico (art. 4º, inciso XII). [...] De igual modo, o inciso X do art. 4º da referida lei estabelece que “a determinação do prognóstico relativo ao diagnóstico nosológico” também é atividade privativa dos médicos. O COFEN, por mera Resolução, atribuiu competência não prevista na lei que regulamenta a profissão e que, a princípio, parece invadir a área de atuação dos médicos, haja vista a Lei nº 12.842/2013, é clara ao afirmar que a execução de procedimentos estéticos é de competência privativa dos médicos. [...] Pelo exposto DEFIRO PARCIALMENTE o pedido de tutela provisória de urgência para suspender os efeitos da Resolução COFEN nº 529/2016 no que diz respeito aos seguintes procedimentos: i) micropuntura (microagrilhamento); ii) laserterapia; iii) depilação a laser; iv) criolipólise; v) escleroterapia; vi) intradermoterapia/mesoterapia; vii) prescrição de nutracêuticos/nutricosméticos (sic!); e viii) peelings; todos de competência privativa dos médicos⁴⁰.

Há uma tentativa do COFEN de pedir a reunião dos processos que tramitam no TRF-5 e no TRF-1 (0020776-45.2017.4.01.3400), além de outra demanda referente aos farmacêuticos que está tramitando no TRF-3 (5022754-63.2017.4.03.6100), ainda sem julgamento e com o ingresso de novos atores.

No despacho saneador, o Juízo do Rio Grande do Norte, influenciado por decisão semelhante deferida no TRF-1 (20778-15.2017.4.01.3400) decidiu reconsiderar em parte a decisão que suspendeu os efeitos da Resolução COFEN 529/2016 nos seguintes termos:

Por tais razões, defiro o pedido de reconsideração formulado pelo COFEN (id. 4058400.3365033), para alterar parcialmente a decisão de id. 4058400.2257428, mantendo a suspensão da Resolução COFEN 0529/2016 apenas quanto aos procedimentos de “Micropuntura, Laserterapia, Depilação a laser, Criolipólise, Escleroterapia, Intradermoterapia/Mesoterapia, Prescrição de Nutracêuticos/Nutricosméticos e Peelings”, até ulterior deliberação.

⁴⁰ BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região – Seção Judiciária do Distrito Federal – **Sentença em Ação Ordinária n. 0020778-15.2017.4.01.3400/DF** – Juiz Federal: Adverci Rates Mendes de Abreu – DJ 20.09.2017. Disponível em: <<https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php?proc=00207781520174013400&secao=TRF1&pg=1&enviar=Pesquisar>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

Como se vê, a tentativa de ingressar plenamente no mercado de trabalho foi, pelo menos provisoriamente, freada pelo Judiciário, mas não o desejo do COFEN em ter legitimidade para atuar na medicina estética.

8 OS BIOMÉDICOS ESTETAS E O CFBM

Talvez nenhum dos grupos acima traga mais polêmica no mercado da cosmia-
tria quanto a dos “biomédicos estetas”. A profissão de biomédico é regulamentada
pela Lei 6.684/1979 e o Decreto 88.439/1983, cujo escopo de atuação é basicamente
análises físico-químicas e microbiológicas, a radiologia e os serviços de hemoter-
pia, sob supervisão médica. O sítio oficial do Conselho Federal de Biomedicina
(CFBM) considera:

*O Biomédico é o profissional responsável por realizar exames que possibilitem o di-
agnóstico por imagem, elucidar crimes por meio de análises de tecidos na Polícia
Federal ou Civil, realizar exames de biologia molecular, pesquisar e desenvolver
produtos obtidos por biotecnologias, fazer manipulação de microrganismos para que
possam ser industrializados como medicamento e executar exames clínicos em labo-
ratórios e hospitais para ajudar a identificação de agentes causadores de patologias
humanas, entre outras funções.*

Quanto à “biomedicina estética”, as Resoluções 197/2011, 200/2011, 214/2012
e especialmente a Resolução 241/2014 definiram que é área de atuação do biomédi-
co a prescrição e aplicação de produtos injetáveis para fins estéticos (art. 2º), a pre-
scrição de formulações magistrais e de referência (arts. 5º e 6º) e o uso do laser de
baixa, média e alta frequência, além de outras técnicas disponíveis (art. 8º).

A Resolução Normativa 01/2012 do CFBM, em seu Anexo I, trouxe o rol de
atividades dos profissionais em estética, nas modalidades de técnico, tecnólogos e
biomédicos, dentre as quais incluiu: eletroterapia, sonoforese (ultrassom estético),
iontoforese, radiofrequência estética, laserterapia, luz intensa pulsada, LED, *peelings*
químicos e mecânicos, cosmetologia, carboxiterapia, intradermoterapia (enzimas e
toxina botulínica), preenchimentos semipermanentes e mesoterapia. Talvez nenhum
dos grupos dos chamados não médicos tenha ido tão longe no alcance da utilização
das técnicas de dermatologia estética.

Para os profissionais biomédicos estetas,

*a Biomedicina Estética cuida da saúde, bem-estar e beleza do paciente, levando os
melhores recursos da saúde relacionados ao seu amplo conhecimento para o trata-
mento e recuperação dos tecidos e do organismo como um todo. [...] O biomédico
possui um preciso entendimento das características da derme, seus anexos, demais
tecidos e inclusive o metabolismo, ou seja, todo o funcionamento dermatofisiológico,
possibilitando a realização de terapias que promovem uma melhor qualidade de vida
ao paciente⁴¹.*

⁴¹ <<https://biomedicinaestetica.bmd.br/campo-de-atuacao-na-estetica/#.WbXo-JKlyUk>>. Acesso em: 09
set. 2017.

Em 2011, o COFFITO protocolou uma representação no Ministério Público Federal do Distrito Federal solicitando a anulação das Resoluções (CFBM) 200/2011 e 197/2011, por constatado que as referidas Resoluções afrontam o sistema jurídico vigente, pois extrapolam o poder normativo da autarquia que editou as aludidas Resoluções⁴².

Ato contínuo, assim como no caso dos enfermeiros, a juíza federal da 3ª Vara Federal do Distrito Federal julgou procedente o pedido interposto pelo CFM para anular as Resoluções CFBM 197/2011, 200/2011, 214/2012 e a Resolução Normativa 01/2012, as quais dispõem em linhas gerais sobre a Biomedicina Estética e requisitos para exercício destas atividades pelo biomédico.

Ante o exposto, reconsidero a decisão de fl. 259, defiro o pedido de tutela de urgência para suspender os efeitos das Resoluções 197/2011, 200/2011, 214/2012 e o Anexo I, item 02 da Normativa 01/2012, do Conselho Federal de Biomedicina e JULGO O PEDIDO PROCEDENTE para anular as Resoluções 197/2011, 200/2011, 214/2012 e o Anexo I, item 02 da Normativa 01/2012, do Conselho Federal de Biomedicina. Declaro extinto o processo, com resolução de mérito, na forma do art. 487, I, do CPC/2015⁴³.

Como da decisão cabia recurso, o desembargador federal relator do processo no TRF-1 restaurou as atribuições dos biomédicos, os quais podem continuar exercendo a “biomedicina estética” até decisão que altere o efeito suspensivo concedido, pois, segundo o magistrado:

Sem me vincular de forma definitiva à tese ora adotada, à primeira vista, não vislumbro que as Resoluções do CFBio objetos de impugnação pelo CFM no feito de origem tenham normatizado atividades privativas do médico. É que, no caso, a Lei que dispõe sobre o exercício da Medicina (Lei 12.842/2013), em seu art. 4º, ao apontar as atividades privativas do médico, considerou como tal, em seu inciso III, a “indicação da execução e execução de procedimentos invasivos, sejam diagnósticos, terapêuticos ou estéticos, incluindo os acessos vasculares profundos, as biópsias e as endoscopias” e, em seguida, no seu § 4º, ao definir como procedimentos invasivos para os efeitos dessa Lei, considerou apenas aqueles descritos no inciso III, ou seja, os caracterizados pela ‘invasão dos orifícios naturais do corpo, atingindo órgãos internos’⁴⁴.

Finalmente, vale uma informação adicional de que não se deve confundir o “biomédico esteta” com o “esteticista”. O esteticista é um profissional cuja atividade

⁴² <<https://biomedicinaestetica.bmd.br/coffitorepresentaaoministeriopublicofederaldodfvisandoaanulacaodaresolucaodocfbm>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

⁴³ BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região – Seção Judiciária do Distrito Federal – **Sentença em Ação Ordinária n. 042020-06.2012.4.01.3400/DF** – Juiz Federal: Maria Cecília de Marco Rocha – DJ 06.12.2016. Disponível em: <<https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php?proc=0420200620124013400&secao=TRF1&pg=1&enviar=Pesquisar>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

⁴⁴ BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. **Acórdão no Agravo de Instrumento n. 007735-65.2013.4.01.0000/DF** – Rel. Juiz Federal Clodomir Sebastião Reis (convocado) – DJ 25.09.2013. Disponível em: <<https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php?proc=0077356520134010000&secao=TRF1&pg=1&enviar=Pesquisar>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

está ligada à higiene e ao embelezamento, e algumas atividades estão regulamentadas pela Lei 12.592/2012 e a Lei 13.643/2018⁴⁵.

9 O DILEMA DA ÁREA DE COMPETÊNCIA ENTRE OS PROFISSIONAIS DA SAÚDE E A INTERVENÇÃO DO JUDICIÁRIO

Diante de tamanha multiplicidade de profissionais que se consideram habilitados para a execução dos procedimentos estéticos, urge ponderar sobre até que ponto tais atos são exclusivamente médicos e, se não o são, qual o alcance de outros profissionais que, igualmente, tratam dos corpos dos pacientes, inclusive com introdução de substâncias subcutâneas.

Por um lado, os médicos afirmam que os procedimentos estéticos, especialmente os invasivos, incluindo os preenchimentos cutâneos e a aplicação de toxina botulínica são privativos dos médicos porque implicam em injeção de produtos tóxicos no corpo dos pacientes, o que poderia trazer sérios riscos à saúde, caso não sejam bem administrados. Por outro, os demais profissionais alegam que a Lei não proíbe que estes executem tais procedimentos porque não se trata de ato exclusivo da Medicina.

Neste âmbito, há que se verificar o que o ordenamento jurídico e a jurisprudência revelam como resposta à inquietação que se levanta na atualidade, uma vez que, em primeira análise, a proteção deve ser dada prioritariamente ao paciente e, secundariamente, aos profissionais que atuam na área, pois aquele é o sujeito determinante da realização dos procedimentos, cujo mau resultado poderá trazer sérios prejuízos a sua saúde.

O que se pode constatar é que o problema é real e precisa de tratamento. A autorregulação exercida pelos conselhos profissionais tem trazido conflito e, por razões de corporativismo profissional, a legislação própria de cada conselho não tem sido atualizada, tendo sido a última alteração a Lei do Ato Médico, já mencionada.

Como meio de solução, as organizações médicas, inclusive o CFM, elegeram o Judiciário como órgão para decidir controvérsias sobre a competência “legislativa” ou normativa dos Conselhos em editar resoluções que legitimam a atividade profissional da cosmiatria. Os demais conselhos têm se defendido ou igualmente buscado amparo junto à Justiça para manter sua atuação, conforme aprovados em suas resoluções.

Não se pode olvidar o fato de que a cosmiatria tornou-se uma atividade lucrativa, pois envolve procedimentos normalmente caros, interessa à indústria farmacêutica, mobiliza muitos profissionais, clínicas e hospitais, atua numa área sensível da vida humana, que é a estética, o bem-estar e isso afeta diretamente a saúde das pessoas.

⁴⁵ Foi publicada recentemente a Lei 13.643/2018 que regulamenta as profissões de Esteticista, que compreende o Esteticista e Cosmetólogo, e de Técnico em Estética. Curiosa a afirmação do art. 1º da Lei:

“Art. 1º. Esta Lei regulamenta o exercício das profissões de Esteticista, que compreende o Esteticista e Cosmetólogo, e de Técnico em Estética.

Parágrafo único. Esta Lei não compreende atividades em estética médica, nos termos definidos no art. 4º da Lei 12.842, de 10 de julho de 2013” (grifo nosso).

Desta forma, a participação do Judiciário tem sido, praticamente, o único veículo de contensão das atividades dermatológicas estéticas. A importância do Judiciário na coordenação não é negativa, pois, como afirma Freeman e Rossi, “*we consider how Judiciary review might advance or hinder interagency coordination. [...] It requires an appreciation of shared regulatory space*”⁴⁶, isto é, pode exercer um papel deveras importante. Por outro lado, uma análise das decisões até aqui proferidas, especialmente as utilizadas neste artigo, a questão não está ainda estabilizada, pois diversos tribunais do País estão proferindo decisões terminativas, por mera inadequação processual, sem julgar o mérito, ou concedendo ou indeferindo tutelas de urgência com conteúdo contraditório, o que pode pôr em risco a segurança jurídica e a saúde pública⁴⁷.

CONCLUSÃO

Nos últimos anos, a dermatologia estética ou cosmiatria abriu um novo mercado que logo foi assumido pelos médicos e, não muito depois, por praticamente todos os outros profissionais da saúde no País. Isso tem gerado problemas de toda ordem, mas especialmente sobre a habilitação para que profissionais não médicos possam realizar tais procedimentos.

É inegável a reserva de mercado que se abre para tantos quantos tenham acesso à tecnologia e assumam o risco da realização do procedimento, bem como o interesse da população em tais modalidades de assistência à saúde. Dessa forma, presenciou-se os órgãos de classe (conselhos profissionais), por meio de autorregulação, editarem resoluções com o fim de permitir a seus credenciados a realização dos variados procedimentos que, até pouco tempo, eram privativos de médicos, que detinham o mercado protegidos pela Lei do Ato Médico.

Diversas ações judiciais foram ajuizadas e uma “queda de braços” entre os diversos conselhos profissionais se instaurou para determinar se os procedimentos dermatológicos estéticos seriam privativos ou não de médicos. O resultado tem sido decisões conflitantes, algumas delas suspendendo as resoluções, outras aguardando a instrução judicial. No entanto, o Judiciário tem sido o órgão legítimo para tentar dirimir tais conflitos.

Diante de tamanha insegurança jurídica, urge enfrentar o problema não apenas do ponto de vista econômico, da reserva de mercado, mas também da proteção à saúde da população. A parte vulnerável desta “luta de egos” é o cidadão que se submete a todo tido de intervenção, com riscos e resultados muitas vezes indesejáveis.

A legislação é falha no momento em que deixa brechas para interpretações, especialmente os vetos sinalizados pelo Poder Executivo à Lei do Ato Médico que

⁴⁶ FREEMAN, Jody; ROSSI, Jim. Agency coordination in shared regulatory space. **Harvard Law Review**, Harvard, n. 5, v. 25, p. 1.137-1.138, mar. 2012.

⁴⁷ Neste artigo foram citados alguns processos que tramitam no Judiciário para determinar a validade das resoluções dos conselhos profissionais. Há grande risco de insegurança jurídica porque o Judiciário está sendo chamado para decidir sobre a validade de normas infralegais que podem tornar inócuos textos de lei formal e, enquanto isso, a população continua sujeita à interpretação sobre a capacidade e legitimidade para exercer a dermatologia estética.

deixou aberto o conceito de “*procedimentos invasivos*”⁴⁸, permitindo que os outros conselhos compreendessem, a *contrario sensu*, que o que a Lei não vedou ou não disciplinou como “ato privativo de médico” é liberado a outros profissionais.

Essa afirmação deve ser analisada *cum grano salis*. A uma, porque as próprias leis que disciplinam as diversas profissões na área da saúde definem as atribuições de cada profissional – desde o auxiliar até o graduado – não estando compreendidas em nenhuma delas procedimentos dermatológicos estéticos invasivos. A duas, porque as resoluções expedidas por seus conselhos têm *status* de norma formal, mas de orientação a seus profissionais, não vinculando a população, tampouco o poder público.

Como as decisões judiciais atuais têm sido em geral terminativas ou não conclusivas, tem-se que a coordenação regulatória não está adequada, ou é necessário repensar se seria o caso de se criar um órgão regulador ou mesmo um conselho “*intercolegiado*” para dirimir tais controvérsias, como aconteceu com o CFM e CFO que definiram, finalmente, que em caso de cirurgias e traumatologia buco-maxilofaciais, o profissional de quem for o paciente será o “*chefe da equipe*”⁴⁹.

Como consequência da falta de uniformidade normativa e jurisdicional, o legislador deve se debruçar sobre o tema e rever a Lei do Ato Médico para tornar claro o alcance da expressão “procedimentos invasivos”, seja para restringir ou para permitir sua prática por profissionais “não médicos”, o que levará a uma revisão curricular nas grades de disciplinas dos diversos cursos universitários. É necessário, portanto, que se estabeleça coordenação regulatória para essa área sensível da atividade econômico-social exercida por estes profissionais, tendo em vista que a autorregulação tem se demonstrado insuficiente para sanar os inevitáveis conflitos da superposição de regulação exarada pelos diversos conselhos profissionais.

REFERÊNCIAS

- AZULAY, Rubem David; AZULAY, David Ruben; AZULAY-ABULAFIA, Luna. **Dermatologia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.
- BEDA JÚNIOR, Walter; DI CIACCHIO, Nilton; CRIADO, Paulo Ricardo. **Tratado de dermatologia**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2014.
- BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- DINIZ, Maria Helena. **Conflito de normas**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- DÓRIA, Antonio de Sampaio. **Comentários à Constituição de 1946**. São Paulo: Max Limonad, 1960.
- FREEMAN, Jody; ROSSI, Jim. Agency coordination in shared regulatory space. **Harvard Law Review**. Harvard, n. 5, v. 25, p. 1.131-1.211, mar. 2012.

⁴⁸ Mensagem de Veto 287, de 10.07.2013.

⁴⁹ Resolução CFM 1950/2010 e Resolução CFO 100/2010. O teor de ambas, no que se refere à atuação comum e conjunta é, *litteris*: “*Nos procedimentos eletivos a serem realizados conjuntamente por médico e odontólogo, visando a adequada segurança, a responsabilidade assistencial ao paciente é do profissional que indicou o procedimento*”. Anteriormente, a redação da Resolução CFM 1.536/1998 era: “*Em lesões de interesse comum à Medicina e à Odontologia, visando a adequada segurança do resultado, a equipe cirúrgica deve ser obrigatoriamente constituída por médico e cirurgião-dentista, sempre sob a chefia do médico*” [grifo nosso]. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1950_2010.htm>; <<http://cfo.org.br/website/cfo-baixa-resolucao-para-ctbmf/>>. Acesso em: 23 abr. 2019.

- KANE, Michael; SATTLER, Genhard. **Guia ilustrado para infiltrações estéticas com toxina botulínica**: base, localização, utilidades. Rio de Janeiro: Di Livros, 2016.
- KEDE, Maria Paulina Villarejo; SABATOVICH, Oleg. **Dermatologia estética**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2015.
- LIMA JÚNIOR, João Manoel. **Autorregulação**: regime jurídico. Curitiba: Juruá, 2018.
- MARQUES, Claudia Lima. **Manual de direito do consumidor**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- MATEUS, Andréia; PALERMO, Eliandre. **Cosmiatria e laser**: prática no consultório médico. São Paulo: AC Farmacêutica, 2015.
- MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- QUEIROZ, Ronaldo Pinheiro de. A natureza jurídica dos conselhos fiscais de profissões regulamentadas. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, a. 11, n. 1211, 25.10.2006.
- SAMPAIO, Sebastião A. P.; RIVITTI, Evandro A. **Dermatologia**. 3. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2007.
- SANTOS, Larissa Linhares Vilas Boas. Teoria Tridimensional do Direito. *In: Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIII, n. 77, jun. 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_lnk=revista_artigos_leitura&artigo_id=7833>.
- SMALL Rebecca; HOANG, Dalano. **Guia prático de procedimentos com toxina botulínica**. Rio de Janeiro: Di Livros, 2012.
- _____. **Guia prático de procedimentos com preenchimentos cutâneos**. Rio de Janeiro: Di Livros, 2013.
- SMALL, Rebecca; HOANG, Dalano; LINDER, Jennifer. **Guia prático de peelings químicos, microabrasão & produtos tópicos**. Rio de Janeiro: Di Livros, 2013.
- ZENI, Laisla Fernanda. **A supremacia da Constituição e o controle de constitucionalidade**. (Artigo livre eletrônico). Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/x/61/22/612>>.